



DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

NÚCLEO DE REDAÇÃO FINAL EM COMISSÕES

TEXTO COM REDAÇÃO FINAL

CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR		
EVENTO: Reunião Ordinária	Nº: 0124/04	DATA: 10/03/04
INÍCIO: 10h41min	TÉRMINO: 12h07min	DURAÇÃO: 01h26min
TEMPO DE GRAVAÇÃO: 01h26min	PÁGINAS: 28	QUARTOS: 18

DEPOENTE/CONVIDADO - QUALIFICAÇÃO

SUMÁRIO: Votação e aprovação de requerimento de realização do encontro sobre a questão da ética nas eleições municipais. Anúncio do encaminhamento, pela Presidência da Comissão, de proposta de alteração do Código de Ética.

OBSERVAÇÕES



O SR. PRESIDENTE (Deputado Orlando Fantazzini) - Havendo número regimental, declaro abertos os trabalhos da presente reunião do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar.

Solicito à secretaria que proceda à leitura da ata da reunião anterior.

O SR. DEPUTADO RICARDO IZAR - Sr. Presidente, peço a dispensa da leitura da ata.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Orlando Fantazzini) - Fica dispensada a leitura da ata da reunião anterior uma vez que foram distribuídas cópias da mesma aos Deputados presentes e em razão da solicitação do Deputado Ricardo Izar.

Em discussão a ata da reunião anterior.

Não havendo quem queira discuti-la, passa-se à votação.

Em votação.

Não havendo objeção, os Srs. Deputados aprovam a ata da reunião anterior.

Antes de entrarmos na Ordem do Dia, quero compartilhar com os nobres membros do Conselho de Ética que, em razão de discussões já elaboradas no passado, em mandato anterior a este e neste, sobre a eventuais alterações no nosso Código de Ética, elaboramos com base no histórico e resgate das discussões do passado um projeto de resolução, que estaremos entregando a todos os Srs. Deputados, no qual apresentamos sugestões para a importância de alterar o Código de Ética.

O pensamento da Presidência é que os Deputados tenham um prazo de 30 dias para analisar e apresentar sugestões, a fim de que, ao final, possamos fechar uma proposta e encaminhar ao Presidente João Paulo, que aguarda a sugestão deste Conselho para alteração do Código de Ética da Câmara dos Deputados.

Na reunião, entregaremos cópia do projeto a todos os Srs. Deputados. Trata-se de um resumo básico daquilo que já foi discutido quando na Presidência o Deputado José Thomaz Nonô e no ano passado, quando abrimos as discussões do Conselho de Ética.

Requerimento nº 1, de 2004, de autoria do Deputado Orlando Fantazzini.

Requer, nos termos regimentais, ouvido o Plenário deste Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, a



realização do encontro sobre a questão da ética nas eleições municipais.

Em discussão.

Com a palavra o nobre Deputado Ricardo Izar.

O SR. DEPUTADO RICARDO IZAR - Sr. Presidente, em primeiro lugar quero cumprimentá-lo pela iniciativa. Infelizmente, a corrupção, a falta de ética e a desordem foram muito grandes, principalmente nas últimas eleições. Cabe a nós deste Conselho e a V.Exa. como Presidente realizar esse simpósio nacional, convidando Vereadores, Deputados Estaduais, enfim, todos aqueles que vão participar do processo eleitoral.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Orlando Fantazzini) - Muito obrigado.

Com a palavra o Deputado Luiz Sérgio.

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - Sr. Presidente, também quero parabenizá-lo pela iniciativa quem vem em bom momento. Precisamos debater, mas seria importante, a meu ver, na questão de ética na eleição, convidar alguém para debater um tema que está em pauta. Refiro-me à questão do financiamento público das campanhas eleitorais. Do jeito que nos encontramos não dá para continuar.

A questão do financiamento de campanhas, como existe hoje no País, sem limite de gastos nas eleições, constitui-se em pai, mãe e no início do processo de corrupção no País. Ou seja, grande parte dos recursos que financiam as campanhas são desviados de cofres públicos, obras superfaturadas, desvios de recursos públicos que vão acabar nas eleições de forma não transparente, não lícita.

Então, seria oportuno aproveitarmos este momento para debater essa questão, até porque o Brasil é um país que pega no tranco. As mudanças sempre acontecem depois de escândalos, ao contrário de outros países. Estamos atravessando, desde muito tempo, sucessivas crises em parlamentos, em governos estaduais e municipais e, quando se vai procurar o centro da crise, da corrupção, sempre aparece a questão do financiamento das campanhas eleitorais.

Penso que este é o momento de debatermos a ética, o uso da máquina, mas, indiscutivelmente, de introduzir na Ordem do Dia esse debate, para que, sem pressa e afobação, possamos moralizar essa situação que vem desgastando todos nós, esta Casa e o processo político brasileiro.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Orlando Fantazzini) - Tem a palavra o Deputado Severiano Alves.

O SR. DEPUTADO SEVERIANO ALVES - Sr. Presidente, ratificando o que disse o companheiro que me antecedeu, é importante a iniciativa de se promover este seminário. Precisamos um pouco de pressa porque as eleições serão em outubro e as conclusões a que chegarmos só produzirão efeito se tivermos a chancela do Tribunal Superior Eleitoral. Portanto, sugiro que concluamos o que considerarmos antiético, para que não seja praticado no próximo pleito.

Como as eleições são regulamentadas pelo Tribunal Superior Eleitoral, deveríamos encaminhar essas sugestões àquela instituição. Certamente V.Exa. vai ouvir alguns membros do Tribunal, talvez o Presidente e outras pessoas envolvidas no pleito. Então, sugiro que, antes das conclusões, solicitemos ao Tribunal sua chancela, para que nas resoluções já saísse alguma coisa que considerássemos, de acordo com os debates, antiético.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Orlando Fantazzini) - Muito obrigado, Deputado Severiano Alves.

Tem a palavra o Deputado João Paulo Gomes da Silva.

O SR. DEPUTADO JOÃO PAULO GOMES DA SILVA - Caro Presidente, colega do Conselho, também cumprimento V.Exa. pela iniciativa da realização deste encontro nacional sobre eleições municipais, com as ponderações de que valores éticos aplicados à eleição tornam-se uma questão bastante complicada. A ética é um campo bastante cinzento. Já temos dificuldades para fazer valer a lei e, quando se tem em vista a observação de condutas mais éticas, o trabalho é muito maior, e muito maior do que o exercido pela Promotoria de Justiça, pelo Ministério Público, pela própria Justiça.

No que concerne à ética aplicada às eleições, reputo fundamental que os candidatos estejam vinculados aos seus programas e às suas propostas de campanha. Isso é fundamental, notadamente nas eleições majoritárias, em que há propostas formuladas e publicadas às escâncaras e, depois, passadas as eleições, o ganhador se volta contra todas elas, como se não fora ele que as tivesse feito.



Essa questão é muito importante. A sociedade precisa se organizar e descortinar instrumentos para combater essa súbita apostasia de que uma vez candidato é livre para prometer a lua, o sol e outros planetas para a população. Uma vez vencedor, não foi ele quem fez as propostas, as chamadas promessas, conforme a população considera.

Quero, também, por ter feito uma consideração sobre o financiamento público de campanha, dizer que me tenho notabilizado nesta Casa por me opor de maneira visceral a esse instrumento, ou seja, ao financiamento público de campanha. Há o entendimento de que no primeiro momento esse dinheiro terá de sair do contribuinte. Ele é que vai patrocinar as eleições, pois o dinheiro sairá do seu bolso, o que equivale dizer que a carga tributária brasileira, que já não é tão baixa, irá aumentar.

Tenho feito palestras em universidades, em Câmaras Municipais, em sindicatos e a reação contrária dos ouvintes é a pior possível. Essa é a primeira razão para me opor ao financiamento público de campanha.

A segunda razão seria o fato muito claramente entendido por toda a sociedade de que, uma vez instituído o financiamento público, ele não elidirá a aplicação de recursos privados nas eleições, pois continuarão sendo aplicados ao prazer de quem desejar se locupletar disso. A sociedade não tem instrumento capaz de proibir isso.

São muitas as razões para me opor ao financiamento público de campanha. Digo isso, até de maneira um pouco constrangida, na presença de pessoas que defendem isso. Sou membro da Comissão da Reforma Política. Desde o primeiro minuto tenho assumido posição contrária ao financiamento público de campanha.

E mais, dizem que o financiamento privado viabiliza, depois, a contrapartida temerária efetivada às custas do Erário. Ora, essa contrapartida já está proibida em toda a nossa legislação. A sociedade dispõe de mecanismos para combater isso — corregedoria, auditoria, ouvidoria, Ministério Público, Justiça, Polícia Federal, Polícia Estadual e o próprio cidadão.

O Estatuto do Servidor Público diz que o servidor público, uma vez sabendo de alguma operação temerária, deve denunciá-la. A sociedade está pronta para isso, ou seja, ela tem de fazer o que está definido na lei.



Mas vem o Estado e diz para o cidadão que não estamos conseguindo fazer valer a lei, por isso a lei que proíbe a retribuição, que proíbe a contrapartida temerária daqueles que se elegem com dinheiro privado. Então, vamos acabar com o financiamento privado e vamos instituir um financiamento público de campanha.

O cidadão está sendo penalizado duas vezes, até porque a contrapartida, se já não se proíbe agora, não se proibirá *a posteriori*, uma vez implementado o financiamento público de campanha.

Quanto ao voto na lista, para mim, trata-se de uma violação clara ao mandamento e à garantia constitucional do art. 60, que considera cláusula pétrea o voto direto. Voto direto é o voto do eleitor no candidato, e não o voto do eleitor no partido político para fazer a sua alquimia e escolher aqueles que eles desejam mandar para este Parlamento. Uma vez aprovada a lista fechada, os Presidentes de partidos vão se transformar nos grandes eleitores, pois eles é quem vão eleger o Parlamento. Ser presidente de partido vai se tornar a profissão mais nobre do País, e o eleitor vai perder o seu direito.

Além de inconveniente, essa proposta é flagrantemente inconstitucional. Sei que há pessoas, a exemplo do Ministro Nelson Jobim, que sustentam que não há inconstitucionalidade, porque já existe a possibilidade de votar na lista fechada quando se vota na lista do partido.

Na minha opinião, você declina do direito de escolher o seu candidato e vota na legenda. Mas essa possibilidade não exclui o voto direto, como diz a Constituição. É apenas uma possibilidade, uma alternativa. Não se trata de exclusão do direito do cidadão de escolher o seu próprio candidato. Essa matéria é muito empolgante.

Reitero meus cumprimentos a V.Exa. e a disposição de vir para aprender e somar naquilo que puder.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Orlando Fantazzini) - Obrigado, Deputado João Paulo Gomes da Silva. Este é um tema que aquece. É importante que façamos este seminário justamente para que tenhamos oportunidade de expor todas as considerações e debater de forma exaustiva — um processo democrático. Há quem defenda o financiamento público de campanha. Há os que são contrários. Há os que



defendem a lista. Há os que são contrários. O papel do Conselho de Ética é ajudar a suscitar um debate que garanta transparência e ética em qualquer uma das formas que porventura seja implementada e viabilizada.

Com a palavra o Deputado Gustavo Fruet.

O SR. DEPUTADO GUSTAVO FRUET - Sr. Presidente, o tema é empolgante — há muitas variáveis — e permitiria debates de mérito muito extensos. Na linha do Deputado Benedito, aproveitando a sugestão, faço 3 consultas a V.Exa., também como forma de proposta.

Tema dessa envergadura desperta reflexão, o que é muito importante, mas, por estarmos em período eleitoral, temos que ter visão de objetividade e pragmatismo. Saber se é possível a forma de apresentar sugestões de nomes para participação de seminário, da brevidade da realização do seminário para ter duas conseqüências imediatas. Primeira, se possível, ainda nas resoluções da Justiça Eleitoral, apesar de o calendário já ter sido iniciado e algumas resoluções já estarem prontas, inclusive com relação à propaganda, a forma de acompanhamento do financiamento durante o processo eleitoral. Segunda, de forma objetiva, aproveitando a sugestão do tema da reforma política, separarmos alguns temas que possam servir de referência nesse debate, até para que não se perca em uma extensão. Por que essa observação?

O Brasil começou a realizar eleição com freqüência há pouco mais de 10 anos. É muito pouco tempo para se conseguir estabilizar alguns conceitos, determinados padrões de comportamento, até para que se trabalhe com previsibilidade. Na verdade, o Brasil avançou imensamente nesse período. Essa discussão não é só brasileira. Veja-se a discussão que se faz agora sobre o financiamento das campanhas americanas, tanto no âmbito interno quanto no externo.

Que se inclua nesse debate a forma de controle e fiscalização de financiamento das convenções partidárias, um ato preparatório ao processo eleitoral. Por que isso? O Colégio Eleitoral que irá definir os candidatos a Prefeito, Vereador e possíveis coligações já foi eleito na maior parte dos partidos no ano passado. Os partidos que alcançam autonomia, o que é muito importante e consagrado na Constituição, não se submetem mais ao controle da Justiça Eleitoral e ao controle



público exercido durante o processo eleitoral. Existe até um lado positivo nisso. O partido não tem que ser tutelado. A autonomia foi uma conquista. Tem que tirar dessa tutela estatal o controle da vida partidária. Mas o que não se pode é permitir no jogo partidário o que se proíbe na disputa eleitoral. Se na disputa eleitoral há uma série de dispositivos considerados crime, há uma série de dispositivos que são proibidos, há uma série de requisitos que têm de ser respeitados, por que não se aplica também ao processo de convenção partidária?

Digo isso para todos os Parlamentares. Falo como ex-presidente de partido no Estado, como alguém que já participou de convenções com vitória e com derrota. O que se verifica em muitos Municípios é um processo de absoluta desigualdade. O jogo partidário está virando um vale-tudo. Isso é mais sério quando analisamos a observação do Deputado sobre a lista partidária. Isso pode provocar uma nova cultura na vida dos partidos? Não há a menor dúvida que sim. Pode impulsionar? Não há a menor dúvida. Mas o que não dá para se admitir é a absoluta falta de controle.

Que se inclua, também, alguma maneira de estabelecer esse processo de fiscalização, porque as eleições já se iniciaram no ano passado. O Colégio Eleitoral que irá definir os candidatos já está estabelecido nas convenções partidárias. Convenção, Sr. Presidente, está virando um vale-tudo. Não podemos permitir isso.

Por fim, a preocupação de não se imaginar que vamos conseguir estabelecer, através do ordenamento, por mais perfeito que seja, toda a forma de controle do processo eleitoral, por 2 razões. Primeira, para evitar a hipocrisia e o farisaísmo de definir o que é ou não ético, certo ou errado. Às vezes há uma carga subjetiva nisso e não se pode também, de forma arrogante, imaginar que toda a população tem que ser tutelada, que todos são manipuláveis no processo eleitoral.

Isso é muito sério porque, no momento em que se discute a cassação de um mandato popular, e a Justiça Eleitoral tem poder para esse tipo de procedimento, há 2 questões que se contrapõem: de um lado, a necessidade de controle, de fiscalização, de punição ao abuso; de outro, em nome de quem se tira o mandato de alguém que foi legitimamente eleito pelo voto popular.

Será que é possível enganar todos o tempo inteiro? O que é abuso numa campanha? Cada caso que gera esse conflito tem uma forma de esclarecimento,



mas a lei, por mais precisa e objetiva que seja, será capaz de prever todas as formas de distorção? Essa é uma observação que se faz à Justiça Eleitoral.

Por melhor que seja a sua formação — e aqui, claro, partindo do pressuposto do melhor caráter possível na composição de um tribunal e na Magistratura, por maior que seja a boa vontade do Ministério Público, qual o preparo, o conhecimento do jogo político e qual o tempo certo de intervenção nesse processo?

Há procedimentos judiciais que se estendem por 2, 3 anos, a exemplo de um caso recente, que deve ser julgado nesta ou na próxima semana pelo Tribunal Regional Eleitoral de Alagoas. Até que ponto não temos de ter uma figura que, durante o processo eleitoral, possa dar uma resposta muito rápida?

Então, a sugestão é, primeiro, estabelecer com brevidade a realização do seminário; segundo, se possível, a sugestão de nomes para a avaliação da Comissão; terceiro, viabilizar proposta de resolução junto à Justiça Eleitoral e, claro, respeitando a sua competência; quarto, escolher alguns temas da reforma política que não poderão ser alterados para a próxima eleição, mas que podem ser aplicados em 2006; quinto, que se discuta também alguma forma de controle das convenções partidárias; sexto, que se dê agilidade a algumas posições da Justiça Eleitoral, para que determinadas questões sejam resolvidas durante o processo eleitoral, sob pena de haver desdobramentos e a sua resolução se estender ao longo do tempo. Daí, caímos nesta discussão: em nome de quem se está cassando um mandado popular, mas também até que ponto é permitida a omissão e o silêncio diante de determinado abuso durante uma campanha?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Orlando Fantazzini) - Muito obrigado, Deputado Gustavo Fruet.

O SR. DEPUTADO SEVERIANO ALVES - Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Orlando Fantazzini) - Com a palavra o Deputado Severiano Alves.

O SR. DEPUTADO SEVERIANO ALVES - Sem prejuízo da ordem de inscrição, após o último inscrito, eu gostaria de participar.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Orlando Fantazzini) - Pois não. Ao final, farei alguns comentários sobre as palavras do Deputado Gustavo Fruet.

Com a palavra o Deputado Antonio Joaquim.



O SR. DEPUTADO ANTONIO JOAQUIM - Sr. Presidente, Sras. e Srs. companheiros do Conselho de Ética, eu estava no Serviço Médico e me atrasei um pouco — peço desculpas pelo atraso —, portanto gostaria de saber da Presidência se o seu requerimento já foi colocado em votação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Orlando Fantazzini) - Ele está em discussão.

O SR. DEPUTADO ANTONIO JOAQUIM - Sr. Presidente, concordo em gênero, número e grau com o requerimento de V.Exa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Orlando Fantazzini) - Obrigado, Deputado Antonio Joaquim.

Com a palavra o Deputado Edmar Moreira.

O SR. DEPUTADO EDMAR MOREIRA - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, em primeiro lugar, fico satisfeito com a reabertura dos nossos trabalhos.

Sr. Presidente, temos visto que, ultimamente, esta Casa tem legislado, tem trabalhado ao sabor das emoções. Se um cidadão comete qualquer tipo de falcatrua num jogo, por exemplo, proíbem-se os bingos, e não seria exagero dizer que, se amanhã um maestro desafinar à frente de sua orquestra, nós vamos lhe tomar a batuta. Acho que temos de legislar, se não a curto prazo, com muita moderação.

Depois de ouvir atentamente o Deputado João Paulo Gomes da Silva, que se tem dedicado, trabalhado com muito afinco e competência junto à Comissão de Reforma Política, vejo que, cada vez mais, temos que mergulhar no tema da ética na política. Para isso, com certeza, não há foro mais apropriado nesta Casa do que o nosso Conselho de Ética, porque os processos relativos a toda e qualquer falta que houver nesse sentido, com certeza, virão até nós.

Os temas são polêmicos por sua própria natureza. Sem entrar no mérito, permito-me, com todo o respeito, fazer uma abordagem sucinta acerca da lista fechada, onde o Deputado perdeu o nome. Hoje ele tem um número e agora, além de perder o número, perde a identidade para o partido. E mais ainda: bem sabemos que isso está absolutamente endereçado a 2 ou 3 partidos, que formarão, com certeza, a maioria esmagadora na falada lista fechada.

Para mim, não se pode resolver isso a toque de caixa, como pretende o Governo. Temos outras prioridades na Casa. Quando se fala em economia, em deflação, e soubemos, com muita tristeza, que o Produto Interno Bruto,



relativamente ao exercício anterior, foi negativo, urge à Casa trabalhar em regime de mutirão.

Precisamos realizar a reforma da legislação trabalhista. A flexibilização, no ano passado, serviu de bandeira para muitos partidos, que afirmaram que aqueles que eram a favor da flexibilização, da mudança da CLT, por exemplo, estavam contra os interesses do trabalhador, eram contra o aviso prévio, contra as férias, contra o décimo terceiro salário.

Felizmente, o Governo, assim como a vida, é mutável. Temos de mudar. É bom quando mudamos para melhor. Não me surpreende absolutamente aqueles que eram Oposição serem hoje Governo. Eles mudaram. Por que não? Mudaram patrioticamente para que o trabalhador pudesse, realmente, manter os seus direitos.

Sr. Presidente, bem sabemos que qualquer empresário hoje faz uma ginástica para manter a sua empresa, e a grande preocupação do trabalhador é a manutenção do seu emprego. Temos, mais do que nunca, que deixar a demagogia de lado e realmente fazer a parceria capital e trabalho, e não se faz omelete sem quebrar ovos.

Em determinada feita, quando participava da Comissão de Trabalho da Casa, fui a favor da participação dos empregados nos lucros da empresa. À época, um Deputado do PT — não vou nominá-lo, ele não se reelegeu — muito veemente, muito radical, se assustou e disse: é demais; você é a favor da participação dos empregados no lucro da empresa? Respondi: por que não? Desde que o empregado participe também das preocupações, do trabalho e, porventura, até excepcionalmente, dos prejuízos da empresa. Participação nos lucros quem não quer, minha cara juíza? É muito fácil.

Sem querer, vamos desviando o norte da discussão, que é exatamente a ética nas eleições municipais. Diria até que o tema é muito específico, é realmente a ética na política, com “E” maiúsculo.

Tive a oportunidade, se não me engano, neste próprio Conselho, de dizer que devemos ter uma legislação, cara Juíza Denise Frossard, que responsabilize cada vez mais os tribunais eleitorais País afora. Porque um cidadão filia-se a um determinado partido. É um excepcional cidadão. Registra sua candidatura. O cronograma da vida política, o seu currículo político avança. Amanhã, ele participa



de uma eleição e ganha. Muito bem. Ato contínuo, ele é diplomado e toma posse. Imediatamente, ele passa a não ser mais um cidadão de bem. Eles já vão fazer um levantamento de todos os antecedentes dele, desde o nascimento até aquela data.

Tenho para mim que há, de certa forma, uma omissão, senão uma negligência muito grande dos tribunais eleitorais, porque temos de partir do princípio de que o cidadão é de bem até o dia em que ele deixa de sê-lo. Mas também tem que haver um mínimo de preocupação em não deixarmos que o cidadão que não tem aqueles pré-requisitos de idoneidade absolutamente indispensáveis se candidate, porque amanhã vamos dizer que o Congresso Nacional, a Câmara e o Senado, as Assembléias Legislativas ou Municipais, as Câmaras Municipais, sejam redutos de pessoas que serão alvo de investigação. Acho que os tribunais eleitorais têm que ter mais critérios e fazer essa triagem, essa pré-seleção, evidentemente, antes que o cidadão se candidate.

O SR. DEPUTADO JOÃO PAULO GOMES DA SILVA - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO EDMAR MOREIRA - Com muito prazer.

O SR. DEPUTADO JOÃO PAULO GOMES DA SILVA - Muito obrigado, Deputado Edmar.

Tenho uma proposta no sentido de que os tribunais eleitorais, por ocasião das eleições, limitem-se a disciplinar as eleições e a postura dos juízes eleitorais; que os tribunais não legislem através de resoluções.

O que verificamos é que as resoluções dos tribunais às vezes afrontam leis votadas por esta Casa. E quem nos concedeu esse poder? A sociedade, que nos escolheu para legislar e os tribunais para julgar.

Então, é muito importante que os tribunais eleitorais, por disposição expressa, emanada desta Casa, cinjam-se à missão de julgar. E no que concerne a disciplinar as eleições, que o façam para nortear a postura dos juízes e dos funcionários do tribunal que trabalham nas eleições, e que não legislem através de resoluções, afrontando a própria legislação que foi votada por esta Casa.

Obrigado.



O SR. DEPUTADO EDMAR MOREIRA - Com certeza, nobre Deputado, o aparte de V.Exa. enriqueceu minhas declarações e a minha fala. Eu o concedi com muita honra.

Sr. Presidente, relativamente ao financiamento público de campanha, vamos deixar de hipocrisia; vamos raciocinar com os pés no chão. Vamos esquecer o modelo alemão, italiano e sei lá mais o quê. Vamos, realmente, raciocinar à brasileira.

Na atual conjuntura nacional, onde, infelizmente, campeia a desonestidade e a impunidade, a alegação de que o financiamento público de campanha vai evitar a discriminação, vai fazer com que o cidadão que não tenha posses possa se candidatar, é um mero pretexto. Ao contrário, entendo que, através desse financiamento, vamos oficializar o caixa 2. Não tenho dúvidas disso. Não há mecanismo de fiscalização num país como o Brasil, de extensão continental tão grande. Para que tenhamos idéia, há uma expectativa de que estarão envolvidos nas próximas eleições municipais 400.000 candidatos.

Temos que propor algo absolutamente coerente. É preciso apresentar uma proposta na qual possamos acreditar. Às vezes, há aquela mentira que pretendemos passar, mas não podemos fazer algo que sabemos não tem condições de operacionalidade, Sr. Presidente.

Não sou adepto do financiamento público de campanha, como ouvi atentamente do Presidente João Paulo Cunha. Isso vai sair dos cofres públicos? O financiamento público vai sair do contribuinte? Que saia! Se houvesse meios de administrar com eficiência, ficaria muito mais barato. Vi um levantamento que carece de uma abertura, uma demonstração mais apurada, em que as eleições custam em média de 10 a 12 bilhões aos cofres públicos, sob os mais variados pretextos e modalidades de despesas.

Hoje, o financiamento público de campanha está orçado em torno de 800 milhões a 1 bilhão de reais, que seriam rateados entre todos os partidos, obedecida, evidentemente, uma proporcionalidade. Acredito que seria, se não o primeiro passo, o despertar para uma moralização, porém acho que ainda não é o momento de se fazer o financiamento público.



Sr. Presidente, quero deixar aqui não uma proposta, mas uma reflexão. No final do ano, na Comissão de Constituição, Justiça e de Redação, tivemos uma PEC sobre o efetivo de Vereadores nas Câmaras Municipais. Uma reforma política dessa monta, além de alterar todo o procedimento político-partidário, com certeza vai mexer com a nossa cultura, com um hábito político desenvolvido há anos. Deveria haver uma participação bem maior, e aqui fica minha proposta. Vamos chamar à discussão as Assembléias Legislativas e, através delas, convidar os Legislativos Municipais. Aí, sim, teremos a participação do povo como um todo, porque serão partes mais que integrantes desse processo, que nos ajudarão a operacionalizar tudo isso.

Mesmo assim, quero parabenizar esta Presidência por colocar um assunto de tamanha importância em pauta e dizer que, mais do nunca, já estamos numa contagem regressiva para as eleições municipais que se avizinham. Portanto, em se tratando de ética, temos que resolver isso o mais rápido possível.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Orlando Fantazzini) - Obrigado, Deputado Edmar Moreira.

Concedo a palavra à Deputada Juíza Denise Frossard.

A SRA. DEPUTADA JUÍZA DENISE FROSSARD - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, em primeiro lugar apresento minhas desculpas pelo atraso. Estava representando meu partido no Seminário de Combate à Corrupção, presidido pelo Ministro Waldir Pires, que visa dissecar os vários meandros da Convenção Anticorrupção, recentemente aprovada pelo Brasil, no México. Feito isso, parabenizo V.Exa., seguindo na esteira do meu querido colega Deputado Edmar Moreira, por colocar esta matéria em pauta.

Sr. Presidente, todas as vezes que sou convidada para fazer alguma palestra — sou palestrante oficial da Escola Superior de Guerra na cadeira de Ética — tenho vontade de não ir, porque vou lidar com adultos. A primeira vez que me convidaram, perguntei quantas crianças estariam presentes, qual era o berçário, porque a ética se aprende no berço, mas um código de decoro se faz aqui. Não se ensina ética. A ética buscamos nas nossas casas.

Lembro do imperativo categórico de Kant, de quem sou a mais ardorosa fã: fazemos porque deve ser feito, independentemente dos resultados embutidos na



ação. Como vamos explicar a ética? Como vamos dizer o que é ético e o que não é? É nossa cultura que vai dizer isso.

Ouvi atentamente o Deputado Edmar e já vou entrar no assunto que V.Exa. propõe. Uma eleição se avizinha e com problemas nessa área porque, como se diz, a ética é uma questão que vem de berço. Temos que resolver isso. Ouvi o Deputado Edmar tecer suas considerações a respeito da lei, e tenho seriíssimas dúvidas — se é que a palavra "sério" pode ter superlativo — quanto a essa lei, sim, porque ela fere de frente a cultura brasileira.

Vim para cá, Sr. Presidente, com uma campanha absolutamente modesta no Rio de Janeiro, feita na rua. Do meu partido, fui a Deputada mais votada do País, com algumas migalhas de dinheiro. Estou aqui, pelo meu nome. Foram quase 400.000 votos. O que é isso? É uma cultura que temos. Não temos ainda a cultura de votar num partido. Aliás, há partidos que até tiram votos de alguns candidatos. Por incrível que possa parecer, se pudessem, meus eleitores não me veriam em qualquer partido, e não é possível isso.

O que temos que fazer? Mudar, tourear, como gosto de dizer, aqui dentro. Vamos mudar de cima para baixo. Varre-se a escada de cima para baixo, e não de baixo para cima.

Ouvi, Deputado João Paulo, a ênfase dada por V.Exa., com muita acuidade, às resoluções judiciais. Fui juíza eleitoral minha vida toda e sei que a função que o juiz cumpre é meramente cartorial. Ele não tem instrumentos, ou melhor, base, estrutura para exercer a fiscalização que lhe é devida.

Agora falo na terceira pessoa do plural, porque, embora a toga seja minha segunda pele e me acompanhará até o túmulo, hoje sou Deputada. V.Exas. são meus colegas. Então, vamos falar a respeito da nossa parte. Precisamos ver que, na política, tudo o que temos de elementos virtuosos passou pelos filtros dos partidos. O que temos de tenebroso também passou por eles. Então, a Justiça não poderá fazer nada a esse respeito, Deputado João Paulo. Não adianta dizermos que a Justiça tem que fazer. Somos nós, em primeiro lugar; nós é que temos o controle dos filtros dos partidos.



Quando me tornei juíza, tive que fazer um concurso, e nele havia uma prova de conhecimentos e outra de títulos, mas também havia uma investigação sobre a pessoa humana, na sociedade em que estava, e que queria ser juíza de Direito.

Há uma dúvida sincera que levanto para reflexão: será que essa agonia é de uma Parlamentar novata, que aqui está aprendendo? Sou uma aprendiz de V.Exas. A cada dia, ao colher uma assinatura para minha CPI, para minhas PECs, estou aprendendo. Colho-as pessoalmente pelo prazer de estar com V.Exas., de aprender. Cada um que chegou a este Parlamento com seus votos tem muito a dar, em qualquer sentido.

Será que estamos exercendo esse filtro? Não será melhor olharmos primeiro dentro de nós mesmos, os partidos? Será que precisamos mudar tudo? Tudo é ruim? Parece-me que não. Manifestamos uma fúria modificativa às vezes sem experimentar o que já temos. Quando me perguntam se a Lei das Execuções Penais é ruim, respondo que não sei. Mas por que a senhora não sabe, a senhora não foi juíza de execuções? Respondo que sim, mas a lei nunca foi implementada, de modo que não sei se ela é boa ou ruim. Então, o que podemos fazer para, em primeiro lugar, ver como os partidos estão funcionando, quais os seus freios, filtros, critérios?

Sr. Presidente, pelo seu passado, sua história, sei que essa é uma preocupação de V.Exa. Esta Casa tem problemas, como o têm todos os Poderes, até porque somos seres humanos. Se estivéssemos andando a 5 centímetros do chão, diria que este é o lugar ideal, mas como todos têm os pés no chão, isto é uma terra do reino de César, não do reino de Deus. Portanto, neste Parlamento, haverá todos os problemas. Venho de um Poder que também tem suas mazelas. Vamos tomar conta dos nossos. Hoje sou Deputada.

Não seria — submeto isso à reflexão — um primeiro passo olhar os filtros partidários? Um dos problemas que existem é o não-funcionamento dos filtros partidários. As eleições municipais são terríveis, porque há uma cultura clientelista na ponta, nos Municípios. Mas como não pensar em clientelismo, por exemplo, nos confins, onde o sujeito não tem absolutamente nada? Ele não tem consciência de que é cidadão, nem sabe o que é ser cidadão. Em um país onde um terço da população está abaixo da linha da miséria a situação é complicada, porque não tem cidadãos. Devemos começar pela política, sim, e pelos nossos freios.



Com toda a honestidade, a lei é muito bonita, bem feita, um trabalho muito interessante dos colegas, de fôlego. Como juíza, operei na ponta, na infantaria. Cheguei aos tribunais apenas como juíza convocada. Quando eu estava para ser promovida, disse que não gostava de papel, mas de gente. Então, não fui. Operei na ponta, porque fui juíza criminal. Trabalhei — e V.Exa. me perdoe, porque está tomando café — no intestino grosso da sociedade. Não fui a ela; a sociedade veio a mim. Conheço como a palma de minha mão como ela opera. Essa lei que se pretende é muito bonita, mas nossa cultura não é essa.

Ainda temos que depurar a questão partidária. Somos uma jovem democracia. Temos que, primeiro, fortalecer os partidos. Aos poucos vemos que, em alguns Estados, pessoas que mudam de partido são malvistas. Se no Rio Grande do Sul alguém mudar de partido, está perdido, mas no Rio de Janeiro já não é assim, há certa elasticidade. Vamos trabalhar essas questões até as fortalecer e, quem sabe um dia, poderemos fazer isso.

Outro ponto citado foi o do financiamento público de campanha. Seremos execrados pela sociedade, porque é uma sociedade absolutamente miserável, Deputado Edmar Moreira. Temos que ter maior controle sobre os financiamentos, mas, por hora, eles terão que continuar a ser feitos como são. Olha que eu seria muito beneficiada por essa lei, mas não vejo condição de essa medida prosperar nessas circunstâncias. Então, de imediato, deveremos tourear isso e discutir mais essa lei, principalmente andando por este País e falando com a sociedade. Não dá para falar só com nós mesmos.

Estudava nos Estados Unidos, na Nova Inglaterra, onde havia 2 famílias muito ricas: os Cabots e os Lowells. Então diziam assim: *The Cabots spoke only to Lowells, and Lowells spoke only to God*. Quer dizer, os Cabots só falavam com os Lowells, e os Lowells só falavam com Deus. Dava aquela rima engraçada. Elas ficavam ali, naquele mundinho. Essas 2 famílias já acabaram por isso, porque não fizeram um movimento de abertura.

No nosso caso, se não abirmos, vamos fenecer aqui dentro com os ácaros desses tapetes, falando com nós mesmos e ficando surdos. Isso é a morte da democracia. Perdoem-me o excesso, mas dizem que só comete o excesso quem age em legítima defesa.



Obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Orlando Fantazzini) - Obrigado Deputada Juíza Denise Frossard.

Reafirmo que a pretensão do seminário é justamente suscitar esse debate junto à sociedade. O objetivo é convidar as Assembléias Legislativas, as Câmaras de Vereadores, os partidos políticos para que possamos promover amplo debate, e aí teremos vieses a serem cumpridos.

O Deputado Gustavo Fruet, inicialmente, já havia feito uma solicitação quanto ao controle das convenções partidárias. Temos que ampliar esse debate para sabermos se, de fato, é necessária uma mudança na legislação ou se temos que aplicar e aprimorar a legislação dos partidos. Se o partido não filtra devida e adequadamente aqueles a quem concede legenda, posteriormente vamos ter problemas. O partido também tem que ser penalizado caso pessoas que não tenham as mínimas condições possam vir a representá-lo.

Quero reafirmar que o que se pretende não é um debate com idéias preestabelecidas sobre este ou aquele ponto, mas ampliar o assunto ao máximo. Respondendo ao Deputado Gustavo Fruet e, assim, quem sabe, auxiliar quem está inscrito, nossa primeira pretensão é o Conselho de Ética aprovar a propositura. Queremos manter contato com o Tribunal Superior Eleitoral visando a sua participação e também, se possível, que ele acolha aquilo que for debatido e achar importante constar da legislação.

Pretendemos que o seminário ocorra de 4 a 5 de maio. Já até reservamos o plenário. Estamos abertos para sugestões de painéis e expositores para que possamos fechar conjuntamente, já que o seminário não é do Presidente, mas do Conselho de Ética.

Dialogamos com o Primeiro Vice-Presidente da Casa, Deputado Inocêncio Oliveira, que tem todo o interesse em ser co-organizador do seminário, o que faria com que ele tivesse uma estrutura maior do que a do Conselho de Ética.

A pretensão é fazermos não um debate interno, com os ácaros dos carpetes, como bem disse a Deputada Juíza Denise Frossard, mas que ele ganhe amplitude com a participação e colaboração de todos os membros deste conselho.

Com a palavra a Deputada Ann Pontes.



A SRA. DEPUTADA ANN PONTES - Sr. Presidente, inicialmente quero parabenizá-lo pela iniciativa. Podemos ter uma noção da importância desse debate. Todos aqui se posicionaram e têm muito a contribuir, principalmente com a realização do seminário em si. É a hora de nos aprofundarmos sobre o tema.

Também sou recém-chegada a esta Casa e, até então, não tinha experiência político-partidária. Até disse que essa experiência daria para escrever um livro, porque, enquanto candidata, estive na ponta, em contato direto com o eleitor, com os organizadores de campanha, e pude constatar que o processo eleitoral está privilegiando a forma em detrimento do conteúdo.

Hoje ninguém está preocupado em ir aos comícios para ouvir propostas e, sim, em assistir ao *showmício*. Os partidos organizam seus programas cada vez com mais recursos tecnológicos, com a presença de artistas, e acabamos dentro de uma sociedade em que a cidadania ainda não chegou. A mensagem acaba sendo perdida no meio de todo esse contexto.

Corroborando a intervenção da Deputada Juíza Denise Frossard, ontem recebi a ligação de um Vereador do interior do Pará querendo que o ajudasse a custear o transporte de pessoas para tirar título de eleitor. Eu lhe disse que isso é crime, que o eleitor teria que ir ao fórum se habilitar para retirar o título. Nessa cidade, o acesso é difícilíssimo. Se o poder público não faz sua parte, o candidato, com vistas à eleição que está chegando, quer tomar a frente. Isso não pode acontecer. Cada um tem que assumir suas responsabilidades, daí a importância da discussão desse tema.

É também importante, como bem ressaltou o Deputado Gustavo Fruet, conhecer a fundo que tipo de controle cada partido faz para selecionar os candidatos.

Não sou contrária a estudarmos as legislações de outros países. É o chamado Direito Comparado. Não prejudica, de forma alguma, conhecemos a nossa realidade, mas o que abunda não prejudica. É bom conhecermos a legislação de outros países para definirmos a nossa, que atenda às nossas realidades, às peculiaridades de um Brasil tão diferente em cada região. Mesmo dentro de uma mesma região, há diferenças cruciais, como ressaltou a Deputada.



Para concluir, faço uma sugestão. Vamos convidar também a sociedade civil organizada, porque ela está na outra ponta. Dou mais um exemplo da época em que era candidata. Um grupo de jovens me solicitou que pagasse a inscrição no vestibular. Não entendi o pedido. Respondi que aquilo era crime eleitoral. Se o jovem que tem acesso à educação e à informação chega ao candidato e faz esse tipo de pedido, imagine aquele semi-analfabeto, que não conseguiu até hoje aprender a ler e a escrever. Então é preciso envolver a sociedade civil organizada, porque ela interfere e participa diretamente do processo eleitoral e, também de forma distorcida e deturpada, de toda essa conjuntura citada.

Parabéns pela iniciativa. Vamos provocar a discussão. Vamos sair por este Brasil afora. Se não conseguirmos ir diretamente aos Estados, vamos fazer com que essas pessoas venham à Casa e que a sociedade civil organizada participe dessa discussão. Precisamos sensibilizar a sociedade não só para as eleições que estão chegando, mas para que possamos definir um novo paradigma do que queremos em termos de participação político-partidária, até para melhorarmos o perfil de cada um de nós.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Orlando Fantazzini) - Obrigado, Deputada Ann Pontes.

Peço desculpas ao Deputado Severiano Alves. Entendi que S.Exa. tinha pedido a palavra após todos terem falado. Tem V.Exa. a palavra.

O SR. DEPUTADO SEVERIANO ALVES - Pedi para voltar a falar para fazer uma crítica que considero positiva e uma réplica ligeira ao pronunciamento do Deputado João Paulo Gomes da Silva, até porque muita coisa o Deputado Edmar Moreira já antecipou e a Deputada Juíza Denise Frossard também.

A crítica que eu queria fazer ao Conselho de Ética é que, como V.Exa. acaba de assistir, há necessidade de nos reunirmos pelo menos uma vez por mês. A última reunião do Conselho foi em outubro.

Quando V.Exa. assumiu a Presidência, garantiu-nos que este Conselho teria uma função muito dinâmica nas questões, que iria praticar atos de ofício ou compulsórios na medida em que surgissem problemas. Perdemos a oportunidade, por exemplo, de discutir a questão dos bingos, um problema ético. Mesmo que as



decisões não fossem conclusivas, poderíamos discutir a questão. Houve também muitas denúncias de Parlamentares, mas o Conselho não tomou, compulsoriamente, as devidas providências, nem mesmo discutiu esses assuntos com a sociedade. Agora, com a iniciativa de discutir as eleições, V.Exa. repara um pouco essas queixas que acabo de fazer.

Quanto à reforma política, quero me ater ao financiamento de campanha. Precisamos discutir um pouco mais com a sociedade brasileira o financiamento público, porque ele é muito mais imoral que o processo usado hoje.

Por exemplo, quando dou uma contribuição a um candidato, na medida em que ele a recebe, o dinheiro passa a ser de utilidade pública, já que ele é fiscalizado pelos órgãos públicos, como o Tribunal Eleitoral etc. Se há uma lista de candidatos ao Executivo, ninguém dará dinheiro àqueles que não tenham a possibilidade de chegar ao primeiro ou segundo lugares. Isso nos faz acreditar que quem doa dinheiro a um candidato tem algum interesse pessoal, particular. Não sabemos o que ocorre com os caixas 2, com as contribuições voluntárias.

Se não tenho chance de me eleger, não estou no páreo, não vou receber nenhuma contribuição; vou ter de me virar para fazer a campanha. Na medida em que utilizo o financiamento público, vou ser igualado a todos. Se faço uma contribuição, posso fiscalizar a campanha, seja oficial ou particularmente, porque, se tenho dinheiro para colocar 1 *outdoor* em uma capital e alguém tem 100, posso denunciar que ali está havendo favorecimento ou uma campanha ilícita, pois com o financiamento público não dá para colocar os 100 *outdoors*, só dá para colocar 1. Portanto, eu tenho como fiscalizar. Hoje eu não tenho, porque quem recebe financiamento e gasta milhões na campanha não declara tudo o que recebeu, e quem doou tem algum interesse particular nisso.

Portanto, acho que devemos discutir mais esse assunto, mostrar ao eleitor que o financiamento público torna mais barato o Custo Brasil, porque o processo passa a ser mais transparente. Não acredito que haja caixa 2 no caso de candidato com recursos definidos para aplicar na eleição, pois ele vai fiscalizar melhor, tornar mais transparente: eu só obtive 50.000, o meu custo eleitoral é este, portanto, não posso gastar mais do que isso.



Temos de transformar isso em fórum nacional, e o melhor seria passar do modelo que temos hoje para um modelo de financiamento público, porque quem está pagando, na verdade, é a sociedade, só que ela não está vendo isso. Esse custo é obscuro. Ninguém dá nada sem interesse. É isso o que queremos.

Eu fico muito à-vontade, porque não fui eleito com votos de Prefeito ou Vereadores. Fui eleito, nos 417 Municípios da Bahia, com voto de opinião. Mostrei, com o meu trabalho, que, quando passei pela Câmara dos Deputados, contribui para o Brasil. É isso que devemos fazer.

Quanto à lista, não quero discuti-la, porque esse assunto é muito polêmico, mas, para termos partidos fortes, é necessário atuarmos defendendo as idéias, as bandeiras do partido. Quando eu disse que o PDT tinha bandeiras importantes, como a da educação, do trabalho, da renda e do emprego, e que eu iria lutar por elas, a Bahia me elegeu. Não tive preocupação com recursos, primeiro, porque eu não os tinha e, segundo, eu disse o que fiz no Congresso Nacional, o que fiz como Prefeito e o que fiz como político.

Acho que está faltando discutir o assunto. Agora, condenar de plano, como faz o Deputado João Paulo Gomes da Silva, acho que não é o caminho. Penso que está faltando, como disse a Deputada Juíza Denise Frossard, discussão. Precisamos discutir melhor, mostrar que a melhor situação é essa, porque, senão, como disse um grande jurista do Tribunal Eleitoral, uma pessoa de destaque nacional, daqui a algum tempo só virão para esta Casa pastores, bispos ou empresários fortes. Esse próximo processo eleitoral vai mudar muito, porque o discurso ideológico está acabando.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Orlando Fantazzini) - Esclareço ao Deputado Severiano Alves que, de fato, pretendíamos dar uma vida mais agitada ao Conselho de Ética. Entretanto, somos escravos do Regimento e do próprio regulamento. Não poderíamos convocar uma sessão do Conselho para discutir bingo porque esse tema não é afeto à ética e ao decoro, mas também esperávamos que os Deputados nos apresentassem requerimentos para que pudéssemos convocar uma reunião e ter uma pauta. Ainda que esses requerimentos não viessem a ser aprovados, eles poderiam suscitar o debate. Lamentavelmente, não recebemos requerimento de nenhum membro do Conselho. Então, temos procurado criar.



Realizamos um seminário nacional sobre ética e decoro no ano passado, mas, por ter sido marcado no final do ano, quando todas as Assembléias e Câmaras estavam debatendo o Orçamento, assim como acontecia nesta Casa, ele não teve ampla participação, mas despertou interesse muito grande de diversos setores da sociedade.

Não temos poderes, pelo Regimento e pelo Código de Ética desta Casa, para pautar nenhuma discussão sobre a ética ou decoro de qualquer Parlamentar sobre o qual a imprensa esteja dizendo que possivelmente está envolvido nesse ou naquele caso. Nosso Código é claro: só podemos nos manifestar nesses casos mediante provocação da Mesa, a qual não nos encaminhou nenhuma solicitação nesse período. Portanto, como Presidente, não posso extrapolar os limites do que a lei estabelece.

Queria justificar por que não tivemos reuniões mais sistemáticas, com mais permanência: faltou, por parte dos Parlamentares, uma provocação e, como Presidente, tive que ficar restrito às limitações que o próprio Código de Ética nos impõe. Acredito que poderíamos ter uma vida muito mais agitada, com mais debates, mediante a apresentação de requerimentos. Às vezes falta espaço na Casa para se fazer alguns debates, e acho que o Conselho é um espaço. Como temos a possibilidade de deliberar, todo e qualquer requerimento suscita o debate.

Antes de ser Deputado Federal, fui Vereador por 12 anos. Sempre fui minoria, portanto sem condições de aprovar nada, mas tinha a prerrogativa de apresentar requerimentos e debater. Então, apresentava requerimento sobre todos os temas que me interessavam e abria o debate na Câmara Municipal de minha cidade. Sabia que jamais iria aprovar aqueles requerimentos, mas conseguia provocar e envolver os demais Vereadores no debate. Muitas vezes, o debate é mais importante do que a aprovação de um requerimento.

Então, deixo um apelo aos nossos colegas. Querendo, é só apresentar os requerimentos e, com pauta, convocamos sessão e vamos para o debate. Inclusive, não estou estabelecendo limites. Até o aparte, que não é regimental, estou concedendo, porque raramente conseguimos nos reunir, mas, quando o fazemos, os debates são bons e colaboram com os diversos temas que estão na pauta nacional.



Estou satisfeitiíssimo, pois depois de um longo e tenebroso inverno temos esta reunião do Conselho de Ética, onde os colegas podem debater.

A SRA. DEPUTADA JUÍZA DENISE FROSSARD - Então, em prol dessa informalidade, se V.Exa. me permite, queria dizer ao Deputado Severiano Alves uma frase. É possível? A Bahia já lhe deu régua e compasso. (*Risos.*)

Esqueci, Sr. Presidente, de falar sobre uma coisa importantíssima e que o Deputado João Paulo apontou com muita acuidade: as resoluções que são emanadas. Concordo absolutamente com V.Exa., Deputado João Paulo, e digo que a pior coisa do mundo é juiz legislar e legislador julgar. Isso não dá certo. Posso dizer a V.Exa. que os juízes também não gostam disso.

Os franceses têm uma frase muito interessante: *tiens-toi a ton sujet*, que gosto de traduzir como “cada um na sua”. Os juízes, com aquelas resoluções, realmente se atrapalham. Quando fui juíza do Tribunal Eleitoral, lembro que o Presidente dizia assim: “*Denise, quais as resoluções que vamos baixar?*” Eu dizia: “*Presidente, isso é uma complicação. Por que jogam isso para cima de nós? Esses políticos estão malucos. Somos juízes de Direito, não somos legisladores.*” Então, acho corretíssima sua observação, Deputado João Paulo, e já vou adiantando, porque sei, que juiz não gosta de legislar.

Eu acho que poderíamos convidar, e nesse sentido vou apresentar requerimento a V.Exa., o Presidente do Tribunal Superior Eleitoral, porque há algumas coisas novas que estão tentando acrescentar e seria uma forma de convivemos com esse Poder irmão. Precisamos ter essa harmonia com os outros Poderes. Independentes, sim, porém harmônicos.

Muito obrigada pelo aparte, que não é regimental.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Orlando Fantazzini) - Deputado João Paulo, tem V.Exa. a palavra.

O SR. DEPUTADO JOÃO PAULO GOMES DA SILVA - Muito obrigado.

Queria agradecer ao Deputado Severiano Alves pelo contraponto que fez à minha fala. Recebo como homenagem a observação que fez à minha fala, pois S.Exa. abordou uma questão que eu não havia citado, que é a possível equalização, com o financiamento público, das condições dos candidatos para enfrentarem a eleição, o que eu também não considero como algo viável.



Na medida em que o financiamento público não elide a aplicação de recursos privados na campanha, a meu ver essa equalização não se dará, por razões evidentes. Os recursos privados jamais deixarão de integrar o processo eleitoral, da maneira mais ampla possível e mais disfarçada. Se se paga a gráfica pela impressão de um santinho com recurso público, manda-se fazer 10 bilhões com financiamento privado. Depois, quem vai juntar esses santinhos para dizer que esse foi feito com financiamento privado? Faz-se igualzinho. Isso é o mínimo. Eu estou dando um exemplo mínimo para deixar claro que não há como separar depois, não há como mostrar isso claramente.

O que se tem que proibir, e já é proibido, é a reciprocidade temerária que se faz com os patrocinadores da campanha. A sociedade já tem esses instrumentos; os promotores de justiça, os juízes, o corregedor, o auditor. O Estado vai dar uma declaração de inoperância para a sociedade? Dizer que não está conseguindo deter a reciprocidade temerária, a corrupção? Então, vamos obrigar o eleitor, o cidadão a pagar mais caro pelo seu tributo porque se vai ter que usar uma fatia para financiar as eleições?

A SRA. DEPUTADA JUÍZA DENISE FROSSARD - Permita-me, Deputado João Paulo?

O SR. DEPUTADO JOÃO PAULO GOMES DA SILVA - Com prazer.

A SRA. DEPUTADA JUÍZA DENISE FROSSARD - Engraçado, eu não vejo problema algum na origem do dinheiro; só vejo problema em ele não ser declarado. Agora, se ele está declarado, se o candidato diz, por exemplo, que recebeu 100.000 dos bingos, não há problema nenhum. Se o bingo pode doar ou não, eu assumo. Não há problema. O problema é a declaração, a transparência e o acesso à informação por todos. Só isso.

Obrigada.

O SR. DEPUTADO JOÃO PAULO GOMES DA SILVA - Eu é que agradeço. Agora, declarado ou não, o que não se pode permitir é a reciprocidade que se dá a esse financiamento.

Queria fazer uma observação sobre a fala brilhante da Deputada Ann Pontes, que está ao meu lado, que recebeu o pedido de um candidato a Vereador para patrocinar o transporte de eleitores para tirar o título de eleitor.



Sempre digo nas minhas campanhas que nunca sabemos onde nasce a corrupção eleitoral, se no eleitor ou no candidato. É como a história do ovo e da galinha: não se sabe quem surgiu primeiro.

Eu, que não queria ser político, estou no meu quinto mandato, embora seja o primeiro aqui. Durante esse tempo, em minhas campanhas, várias vezes fui abordado, ao final das minhas palestras, por pessoas com pedidos imorais, indecentes, ilegais, porque o eleitor tem a mente preparada para levar vantagem durante a campanha. Essa é a grande verdade. Nos rincões deste País, o eleitor quer saber se ganhará cesta básica, material de construção, bolsa de estudo. Se o candidato não tiver nada, o eleitor pede um colírio para pingar no olho.

A SRA. DEPUTADA JUÍZA DENISE FROSSARD - Deputado, permita-me dar um exemplo de que isso não ocorre apenas na área política.

Quando tomei posse como juíza, fui enviada para o interior do Estado do Rio. Lá trabalhava com um promotor, também bastante jovem. Lembro-me que um réu, depois da audiência, ficou piscando para o promotor. Disse ao representante do Ministério Público que parecia que o réu queria falar com ele. Ele foi até lá e o réu lhe deu uma notinha de 5 cruzeiros. O promotor, então, perguntou-lhe o que era aquilo. Certamente, ele achou que tinha de corromper o promotor, porque devem ter-lhe dito que era ele quem iria acusar. No interior era, e ainda é, assim.

O SR. DEPUTADO JOÃO PAULO GOMES DA SILVA - Promotor de sorte. De nós, eles tomam!

É fundamental nos esforçarmos para desenvolver uma campanha educativa do eleitor, pois ele tem a mente preparada para levar vantagem. Eles pensam que, se não tomarem alguma coisa de nós agora, nunca mais terão chance.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Orlando Fantazzini) - Agradeço às Sras. e aos Srs. Deputados. A discussão foi enriquecedora e realçou vários pontos em que podemos avançar.

Lembro à Deputada Ann Pontes a importância de contarmos com a participação da sociedade civil. Não podemos esquecer a Lei nº 9.840, que cria comitês de combate à corrupção eleitoral em todo o País. É importante trazer esses setores para participar deste debate.



Os Srs. Deputados sabem que coordeno, na Comissão de Direitos Humanos, a campanha “Quem financia a baixaria é contra a cidadania”, que visa melhorar a qualidade dos programas de televisão. O interessante é que recebemos reclamações dos telespectadores em relação aos programas eleitorais dos partidos.

Estamos debatendo se vamos fazer um *ranking* dos piores programas eleitorais no período da campanha. Sabemos que são 45 dias apenas, mas queremos dar uma satisfação àqueles que participam ativamente da campanha contra a baixaria na televisão e têm encaminhado reclamações sobre os programas eleitorais. Nenhum partido escapa, porque a grande reclamação é que não se fazem programas com propostas. O candidato deixou de ser alguém que leva uma proposta e passou a ser um produto, como sabão em pó. Então, estamos pensando em organizar, nesse período, um *ranking* quinzenal dos piores programas eleitorais escolhidos pela população.

Com a palavra o Deputado Edmar Moreira.

O SR. DEPUTADO EDMAR MOREIRA - Relativamente ao nosso Conselho de Ética, tenho para mim que ele é pouco conhecido na Casa. Os Parlamentares são absolutamente desinformados acerca do nosso Conselho, tanto que, no final da Legislatura passada, um Deputado manifestou o desejo de vir para o Conselho. Eu lhe disse que o Conselho não se renova todo ano, que os mandatos são de 2 anos.

Sei que estamos absolutamente coesos ao Regimento, mas V.Exa. há de convir que há uma cobrança muito grande relativamente a tudo o que acontece por aí. Às vezes é só notícia de rádio e televisão, mas perguntam: e o Conselho, vai se manifestar? Que dia é a reunião? Quer dizer, a desinformação é completa.

Com certeza não podemos transformar o Conselho na sucursal de uma delegacia de polícia. Não é esse o nosso intuito, nem absolutamente a finalidade do Conselho de Ética. Regimentalmente, ficamos manietados à decisão soberana, irrecorrível da Mesa da Câmara, que, de repente, pode até, com todo o respeito, não ser a mais acertada, de se tomar ou não providência relativamente a uma acusação, a um caso que envolva algum Deputado ou alguma Deputada desta Casa.

Sobre esse grau de subalternidade e dependência, o Conselho precisa, regimentalmente, com o passar do tempo, ser mais emancipado, porque V.Exa. há de convir que a cobrança é muito grande. Amanhã, se um caso de repercussão



nacional envolver um Deputado ou Deputada, com certeza vão achar que o caso parou aqui no Conselho de Ética e não que faltou uma providência, uma atitude da Mesa da Câmara, que simplesmente não tomou conhecimento.

Com certeza, essa dependência em analisar o mérito, se deve ou não prosseguir providência ou ação, se não diminui a eficácia, a importância do Conselho de Ética, mas também para essa finalidade a que nos propusemos, entendo que não é bom para a Casa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Orlando Fantazzini) - Aproveito a oportuna manifestação do Deputado Edmar Moreira para informar que estamos encaminhando proposta de alteração do Código de Ética, porque, com a Resolução n.º 17, de 2003, se não me falha a memória, o Corregedor avocou para si todas as atribuições do Conselho de Ética. Hoje, uma única pessoa tem condições de analisar e decidir se vai adiante ou não, e a Mesa depois decide se arquiva ou não, quer dizer, o Conselho de Ética está sem função.

De fato, recebemos muitos *e-mails* onde o Presidente é acusado de conivente, omissivo, negligente porque não toma providência contra o Deputado que foi denunciado na imprensa tal ou no programa tal. Esclarecemos que não podemos tomar nenhuma iniciativa a não ser mediante convocação da Mesa da Câmara.

No período da Presidência do Deputado José Thomaz Nonô, já havia uma discussão sobre alterar o Código de Ética, e isso não foi possível porque tivemos um único caso no Conselho até hoje. Nesta Legislatura, iniciamos o debate e não avançamos, mas pegamos um pouco de todas as discussões, encaminhamos a todos os Deputados e Deputadas, e esperamos que, no prazo de 30 dias, mandem-nos sugestões para que possamos fechar proposta e encaminhar ao Deputado João Paulo. Já conversamos com S.Exa., que aguarda a apresentação de proposta.

O Conselho precisa disso para que possa funcionar de fato. Ele não se deve transformar, obviamente, em uma sucursal de delegacia de polícia. Não é esse o objetivo, mas ele deve ter função ou, caso contrário, que seja extinto. O próximo Presidente também sofrerá, tanto quanto eu, essas acusações de omissivo, de negligente por não tomar nenhuma medida.



Solicito a colaboração de todos para que possamos encaminhar à Mesa proposta de resolução que altere o Código de Ética.

Encerrada a discussão sobre o requerimento.

Em votação.

Os Deputados favoráveis permaneçam como estão. *(Pausa.)*

Aprovado.

Não havendo mais matérias a serem tratadas, dou por encerrada a presente reunião do Conselho de Ética, agradecendo a presença aos Deputados e Deputadas.

O SR. DEPUTADO SEVERIANO ALVES - Sr. Presidente, antes de encerrar, acho que seria muito tarde esse seminário começar em maio. As convenções serão em junho e, se fizermos o seminário em maio, não teremos definição. Por que não o realizamos a partir de abril?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Orlando Fantazzini) - Nos próximos 10 dias, espero de todos os Deputados e Deputadas sugestões sobre datas, painéis a serem realizados e expositores. Em seguida, marcaremos reunião e decidiremos coletivamente a melhor oportunidade.

Está encerrada a reunião.